



Edição 2/2024



SISTEMA
FAEPA
SENAR
SINDICATOS
NÚCLEOS
FUNDEPEC

Agenda de Desenvolvimento Municipal

O que esperamos dos próximos Prefeitos



Diretoria Gestão 2023 / 2027

FAEPA

DIRETORIA EXECUTIVA 2023 / 2027

PRESIDENTE

CARLOS FERNANDES XAVIER

VICE-PRESIDENTES

VILSON JOÃO SCHUBER
ANTONIO FRANCISCO DE ARAÚJO
CLÁUDIO APARECIDO ZAMPERLINI JÚNIOR
FERNÃO VILLELA ZANCANER
JOEL CARVALHO LOBATO

DIRETORES

ADINOR BATISTA SANTOS
ALFONSO MARCOS RIO
FRANCISCO CARUSO NETO
GILBERTO NASCIMENTO BRITO
GUI CONÇALVES RANGEL
JOÃO PAULO MOTA MELO DA ROCHA
JOSÉ NELSON DE ARAÚJO
RICARDO GUIMARÃES DE QUEIROZ
WALTER GOMES REZENDE

SUPLENTES

ANDRÉ FELIPE KLEIN
ANTONIO COMES DE LIMA
ANTONIO HENRIQUE GRIPP
ANTONIO VIEIRA CAETANO
BENEDITO LUZ DE SOUZA DUTRA
DARLENE MARIA PANTOJA DA SILVA
FABRICIO GARDIN DE MELO
FRANCISCO ALBERTO DE CASTRO
GERALDO TEOTÔNIO JOTA
JOSAPHAT PARANHOS DE AZEVEDO NETO
MARCIA CRISTINA ZAHLUTH CENTENO
MÁRIA IRANILSE BRASIL DIAS PINHEIRO
MAXIELY SCARAMUSSA BERGAMIN
PAULO CÉSAR JUSTO QUARTIERO
SHIRLEY CRISTINA DE BARROS MALCHER

CONSELHO FISCAL

CARMELINO CARVALHO NERES
GUILHERME MINSSSEN
SILVÉRIO ALBANO FERNANDES

SUPLENTES

ACAMENON DA SILVA MENEZES
EDNO VALMOR CORTEZIA
FERNANDO AUGUSTO DE ARAÚJO DACIER
LOBATO

DELEGADOS REPRESENTANTES

EFETIVOS JUNTO À CNA
CARLOS FERNANDES XAVIER
VILSON JOÃO SCHUBER

SUPLENTES JUNTO À CNA

JOAQUIM LIRA MAIA
JONE KAZUKI YAMAGUCHI

SENAR

CONSELHO ADMINISTRATIVO DO SENAR

PRESIDENTE

CARLOS FERNANDES XAVIER

MEMBROS TITULARES

MATHEUS FERREIRA PINTO DA SILVA
- SENAR NACIONAL
RUBENS DA COSTA MAGNO JÚNIOR
- SEBRAE/PA
GIOVANNI CORRÊA QUEIROZ
- SEDAP
ÂNGELA MARIA COSTA MORAES TOKUMITSU
- FETAGRI

MEMBROS SUPLENTE

DANIEL NUNES LOPES
- SENAR NACIONAL
MÁRIA DOMINGAS RIBEIRO PAULINO
- SEBRAE/PA
ULYSSES CABETTE NOOBLATH
- SEDAP
IVALDO ALMADA DE OLIVEIRA
- FETAGRI

CONSELHO FISCAL

TITULAR

JOÃO BATISTA DA SILVA
- SENAR NACIONAL
DILSON AUGUSTO CAPUCHO FRAZÃO
- FAEPA
ÂNGELA CONCEIÇÃO LOPES DE JESUS
- FETAGRI

SUPLENTE

LUCAS MAGNO COSTA
- SENAR NACIONAL
EDMILSON PAIXÃO DE SOUZA
- FETAGRI/PA

SUPERINTENDENTE

WALTER CARDOSO

COORDENADORES

COORDENADOR
TÉCNICO PEDAGÓGICO
LUIZ CARLOS DE ALMEIDA

COORDENADOR

ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
JOSÉ FERNANDO PAES DE VASCONCELOS

FUNDEPEC

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE

CARLOS FERNANDES XAVIER

TITULAR

JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACÉDO
- ADEPARÁ
GIOVANNI CORRÊA QUEIROZ
- SEDAP
JESUS DE NAZARENO MAGALHÃES DE SENA
- MAPA/SFA/PA
NAZARÉ FONSECA DE SOUZA
- CRMV/PA
DANIEL ACATAUASSU FREIRE
- SINDICARNE
THIAGO AUGUSTO ARAÚJO LIMA
- SINDICORTE/PA
GUILHERME MINSSSEN
- SINDICATO DOS LEILOEIROS

SUPLENTES

VILSON JOÃO SCHUBER
- FAEPA
ADRIELE CAROLINE FRANCO CARDOSO
- ADEPARÁ
JOÃO CARLOS LEÃO RAMOS
- SEDAP
OTÁVIO CESAR DURANS DE OLIVEIRA
- MAPA/SFA/PA
SULMAYA PAULINO
- CRMV/PA
AFONSO BRITO CHERMONT
- SINDICARNE
MURILO POMBO TOCANTINS
- SINDICORTE
LEONARDO MACEDO LOBATO
- SINDICATO DOS LEILOEIROS

CONSELHO FISCAL

TITULARES

ADRIRÓSEO R. ALVES DOS SANTOS
- MAPA/SFA/PA
DILSON AUGUSTO CAPUCHO FRAZÃO
- FAEPA
LUCAS MINSSSEN
- SINDICATO DOS LEILOEIROS

DIRETORIA EXECUTIVA

CARLOS FERNANDES XAVIER
- PRESIDENTE
JOSÉ FERNANDO VASCONCELOS
- DIRETOR ADMINISTRATIVO
THIAGO ARAÚJO DE LIMA
- DIRETOR TÉCNICO

ESTA PUBLICAÇÃO É PRODUZIDA PELO SISTEMA FAEPA / SENAR / FUNDEPEC / SINDICATOS

Conselho Editorial: Carlos Xavier e Walter Cardoso

Edição: Celso Botelho

Revisão: ASCOM/FAEPA

Diagramação: Eliane Miotto Nemer

Colaboradores: Eliana Zacca, Dilson Frazão,
Lahire Figueiredo Filho, Mário Solano, Mauro Gato e
Neydson Maccarty

Fotos: Acervo Sistema CNA e Sistema Faepa, e fotos
gentilmente cedidas por colaboradores

Foto da capa: Su Kim
Impressão: Marques Editora
Tiragem: 500 exemplares



@SistemaFaepa

acesse e saiba mais

INTRODUÇÃO

O Sistema Sindical Rural Brasileiro, por meio de suas Federações e Sindicatos Rurais, desenvolve um trabalho da maior importância que envolve o produtor rural e a sociedade de um modo geral. Por outro lado, encontra-se permanentemente voltado aos desafios e necessidades específicas do mesmo, verificando os seus problemas, sugerindo soluções e estudando maneiras de melhor integrar o seu trabalho no contexto da sociedade.

Esse é um momento de reflexão e aprendizado sobre a nova era da tecnologia da informação e comunicação. O Sistema FAEPA deve participar com compromisso, refletir e agir com consciência cidadã, nas atividades do agronegócio paraense exige, obrigatoriamente, um maior engajamento dos diversos atores que compõem os vários segmentos organizativos nos municípios, espaços onde as coisas acontecem. Estas, são produzidas, dinamizadas e, no caso da agropecuária, passam a contribuir significativamente para a definição de uma economia mais globalizada, a partir da produção de matéria-prima, a qual, uma vez no processo da cadeia de verticalização, gera renda, emprego e, sobretudo, alimento para as pessoas.

O Sistema FAEPA/SENAR/NÚCLEOS REGIONAIS/SINDICATOS/FUNDEPEC, composto por 10 Núcleos Regionais e 135 Sindicatos de Produtores Rurais nos 144 municípios, desempenha um papel crucial na promoção e desenvolvimento do agronegócio no Pará. Dada a sua capilaridade e presença em todo o estado, é essencial que essa estrutura participe ativamente das discussões sobre a tecnologia 4.0 e as modernas formas de comunicação, especialmente nas redes sociais.

A COP 30, conferência internacional sobre as mudanças climáticas, que ocorrerá em 2025, representa uma oportunidade significativa para os produtores rurais paraenses. A participação ativa do setor produtivo nas

discussões é vital para garantir que suas perspectivas e necessidades sejam consideradas. Se os produtores não se engajarem, outras organizações poderão impor restrições prejudiciais ao setor.

Para que o desenvolvimento tecnológico e as transformações no agronegócio sejam eficazes, é fundamental que esses avanços ocorram desde a base, nos municípios.

Nesse sentido, não basta somente querer, é preciso participar. E, participar, pressupõe fazer valer a nossa cidadania através do voto responsável e comprometido com o bem comum. Participar significa colocar as ideias e compromissos à apreciação e análise das comunidades; oferecer e disponibilizar bons planos, programas e projetos à toda coletividade urbana e rural, de sorte que os gestores públicos e privados no município possam desempenhar suas funções com a atenção e comprometimento da moral e da ética, como valores imprescindíveis na administração da coisa pública e para o bem comum das pessoas.

Portanto, caros companheiros do Sistema Sindical dos Produtores Rurais, demais lideranças nos municípios, bem como toda a sociedade em geral, é necessário que tenhamos a consciência de avaliar e considerar a importância do nosso voto.

Vamos participar e liderar, sobretudo, oferecer e contribuir para que os prefeitos possam vislumbrar alternativas sérias e prioritárias, demandadas com a participação de toda comunidade municipal. Assim, terão os gestores, a oportunidade para definir compromissos públicos para o bem comum das pessoas e a consequente contribuição do setor produtivo do agronegócio, para alavancar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios.

Carlos Fernandes Xavier

Presidente do Sistema FAEPA / SENAR / SINDICATOS / NÚCLEOS / FUNDEPEC



OBJETIVO



Conceber informações e apresentar as expectativas dos produtores rurais que contribuam para o desenvolvimento rural no município, a partir de um cenário diagnosticado com suas potencialidades, restrições e oportunidades existentes, com compartilhamento de ações integradas entre o sistema FAEPA e os gestores das prefeituras.



PREMISSAS BÁSICAS

Para integrar ações entre os prefeitos eleitos e o Sistema FAEPA, é fundamental estabelecer um conjunto de premissas básicas que aproveitem a capilaridade da FAEPA e a presença dos sindicatos rurais em todo o estado do Pará. Aqui estão as principais premissas para essa integração:

1. Capilaridade e Presença Estrutural:

- **Aproveitamento da Capilaridade da FAEPA:** Utilizar a ampla rede de sindicatos rurais presentes em todos os 144 municípios do Pará para assegurar uma comunicação eficaz e constante entre o Sistema FAEPA e os novos gestores municipais.
- **Engajamento Ativo dos Sindicatos Rurais:** Incentivar os sindicatos rurais a participarem ativamente das discussões políticas e das decisões municipais que impactam o setor produtivo rural, garantindo que suas demandas e necessidades sejam ouvidas.

2. Tecnologia 4.0 e Comunicação Moderna:

- **Discussão sobre Tecnologia 4.0:** Promover debates e fóruns que envolvam os prefeitos e representantes do Sistema FAEPA para discutir a adoção de tecnologias avançadas na agricultura, como a Internet das Coisas (IoT), inteligência artificial e automação.
- **Utilização de Redes Sociais:** Implementar estratégias de comunicação modernas que incluam o uso eficaz das redes sociais para informar e mobilizar os membros do setor produtivo rural e a população em geral sobre iniciativas, projetos e políticas relevantes.

3. Processo Eleitoral e Participação Política:

- **Reflexão sobre o Papel na Política:** Utilizar o período eleitoral como uma oportunidade para refletir sobre a importância do voto consciente e o papel de cada cidadão na escolha de representantes que realmente compreendam e defendam os interesses do meio rural e urbano.
- **Participação no Processo Político:** Encorajar a participação ativa do setor produtivo rural no processo político, não apenas através do voto, mas também sugerindo políticas e propostas, e cobrando ações efetivas dos eleitos.



POTENCIAIS / PERSPECTIVAS PARA O AGRONEGÓCIO

O Estado do Pará, pela riqueza e diversidade de seus recursos naturais, possui um amplo e diferenciado leque de oportunidades para impulsionar um processo de desenvolvimento duradouro e sustentável, fundado em novos paradigmas e mais consentâneo com a realidade e as exigências do mundo contemporâneo, em constante transformação, que alteram padrões de comportamento e estruturas de organização da sociedade, em seus diversos aspectos políticos, econômicos e sociais;

Esse processo de transformação é impulsionado por um crescente progresso tecnológico e de inovação que se espalha por todos os setores da sociedade.

O Pará reúne potencialidades para ser um dos mais ricos e prósperos estados do Brasil, mediante a consolidação de seus polos produtivos, dispensando o avanço em suas áreas florestais, considerando:

- **Disponibilidade de terras a preços competitivos** - segundo maior Estado do Brasil (124,8 milhões/ha, cerca de 15% do território nacional).

- **Água** - detém 3,2% da água doce do mundo, abrigando o maior aquífero do mundo em volume de água, Alter-do-Chão (86 mil Km² de água doce). A água é considerada o "ouro azul" deste milênio, já comercializada no mercado de futuros da WALL STREET;
- **Estabilidade Climática** - Temperatura média 26o C, nunca ultrapassando 40o C (à leste) nem geadas (à oeste);
- **Maior província mineral** do mundo.
- **Indústria** - maior impacto na verticalização
- **Comércio, Serviços e Turismo** - avanços significativos
- **Portos fluviais** em perspectivas/graneleiros;
- **Rodovias e ferrovias** em perspectivas;
- Perspectivas para a exploração da **cultura do arroz irrigado** no Marajó;
- **Riqueza mineral** / mineroduto / caulim / bauxita / fosfato / potássio.





A AGROPECUÁRIA: ATIVIDADES QUE DINAMIZAM AS ECONOMIAS MUNICIPAIS

O setor agropecuário, nas últimas décadas, tem experimentado um importante processo de expansão, diversificação e modernização como um dos pilares da economia do Pará, com expressiva contribuição para a geração de alimentos e riqueza, além de emprego e renda para a sua população. Mas, a importância da atividade agropecuária possui dimensão muito mais ampla, quando se consideram os efeitos multiplicadores dela advindos, bastante significativos, propiciando a criação, em seu entorno, de uma multiplicidade de novas alternativas econômicas vinculadas não só à produção primária propriamente dita, como também a sua industrialização e comercialização.

Em que pese os avanços registrados, o setor agropecuário vem enfrentando, nos últimos anos, em termos nacionais, séria crise de rentabilidade, ocasionando queda de produção e impactos socioeconômicos negativos. No caso do Pará, essa situação é ainda agravada pela magnitude de deficiências e ineficiências estruturais e institucionais e, mais recentemente,

pelo endurecimento das restrições impostas pela legislação ambiental e fundiária, que limitam ganhos de produtividade, comprometem a competitividade, desestimulam novos investimentos, além de favorecer a retração de atividades já instaladas.

Essa situação altamente danosa prejudica o processo de desenvolvimento estadual, na medida em que a atividade agropecuária constitui a base econômica de grande parte dos municípios paraenses e da própria indústria de transformação, estruturada, principalmente, no processamento de produtos agropecuários.

O Estado do Pará possui 83% do seu território preservado, ou seja, é a soma das áreas protegidas pública e privada, e não pode, portanto tornar-se refém de um perigoso viés ambientalista, que comprometa o desenvolvimento de seu potencial produtivo e prive a população de elevar o seu nível de bem-estar, principalmente tendo em vista que cerca de 40% do contingente demográfico paraense, situa-se em patamar abaixo da linha de pobreza.

ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

Apresentando estratégias de trabalho em que as Secretarias municipais de Agricultura, das novas prefeituras, após as eleições, e o SENAR, façam trabalhos integrados. Sugere-se que os novos prefeitos possam ser sensibilizados a dar prioridade ao planejamento integrado do setor agropecuário no seu município. Para isso, o Sistema FAEPA oferece o programa de planejamento rural itinerante com todos os projetos do Serviço Nacional de aprendizagem Rural – SENAR/PA.

Estratégias de Trabalho Integrado entre Secretarias Municipais de Agricultura e o SENAR

A eleição de novos prefeitos traz uma oportunidade renovada para o desenvolvimento sustentável e integrado do setor agropecuário em cada município. Para maximizar este potencial, é essencial que as Secretarias Municipais de Agricultura trabalhem em estreita colaboração com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Sistema FAEPA. Aqui estão algumas estratégias de trabalho integrado que podem ser adotadas:

1. Sensibilização e Capacitação dos Novos Prefeitos

Os novos prefeitos devem ser sensibilizados sobre a importância de dar prioridade ao planejamento integrado do setor agropecuário. Isso pode ser feito por meio de:

- **Workshops e Seminários:** Realizar eventos de capacitação que apresentem os benefícios e a necessidade de um planejamento agropecuário integrado.
- **Visitas Técnicas:** Organizar visitas a municípios que já implementaram com sucesso programas integrados, demonstrando resultados práticos e benefícios econômicos e sociais.

2. Implementação do Programa de Planejamento Rural Itinerante

O Sistema FAEPA, por meio do SENAR/PA, oferece o Programa de Planejamento Rural Itinerante, que pode ser um pilar central na estratégia de integração. Este programa pode ser implementado de forma coordenada com as Secretarias Municipais de Agricultura através de:

- **Diagnóstico Participativo:** Realizar diagnósticos participativos nas comunidades rurais para identificar necessidades, potencialidades e desafios específicos de cada município.
- **Planejamento Estratégico:** Desenvolver planos de ação personalizados que alinhem os projetos do SENAR/PA com as prioridades locais identificadas.

3. Capacitação e Formação Continuada

Promover programas de capacitação contínua para os técnicos das Secretarias Municipais de Agricultura e os produtores rurais, com foco em:

- **Tecnologias 4.0 no Agronegócio:** Introduzir e treinar o uso de novas tecnologias que podem aumentar a produtividade e a sustentabilidade das atividades agropecuárias.

- **Gestão e Planejamento:** Oferecer cursos de gestão rural que capacitem os produtores a gerirem suas propriedades de forma eficiente e sustentável.

4. Apoio e Acompanhamento Técnico

Prover acompanhamento técnico regular para assegurar a implementação eficaz dos planos de ação, incluindo:

- **Consultorias Técnicas:** Disponibilizar consultores especializados do SENAR para auxiliar na implementação das melhores práticas agropecuárias.
- **Monitoramento e Avaliação:** Estabelecer sistemas de monitoramento e avaliação para medir o progresso e fazer ajustes conforme necessário.

5. Fomento ao Associativismo e Cooperativismo

Estimular a formação de associações e cooperativas de produtores rurais para fortalecer a organização social e econômica do setor. Isso pode ser feito através de:

- **Oficinas de Formação de Cooperativas:** Promover oficinas que expliquem os benefícios e as etapas de formação de cooperativas e associações.
- **Redes de Cooperação:** Facilitar a criação de redes de cooperação entre produtores para a compra de insumos e a comercialização de produtos.

6. Parcerias Público-Privadas

Desenvolver parcerias com empresas privadas para trazer investimentos e inovações tecnológicas ao setor agropecuário local. Isso inclui:

- **Iniciativas de Desenvolvimento Sustentável:** Participar em iniciativas que promovam práticas sustentáveis e que possam atrair financiamento e apoio técnico.
- **Feiras e Eventos Setoriais:** Organizar e participar de feiras agropecuárias e eventos que promovam a troca de conhecimento e a exposição a novas tecnologias e mercados.

7. Comunicação e Divulgação

Criar uma estratégia de comunicação eficaz para divulgar os benefícios e os resultados dos projetos integrados, utilizando:

- **Redes Sociais e Mídias Locais:** Utilizar redes sociais, rádios comunitárias e jornais locais para manter a população informada e engajada.
- **Boletins Informativos:** Produzir boletins informativos periódicos sobre os avanços e oportunidades do setor agropecuário no município.

Implementando essas estratégias, as novas administrações municipais, em parceria com o SENAR e o Sistema FAEPA, podem promover um desenvolvimento rural integrado, sustentável e próspero, beneficiando diretamente os produtores rurais e toda a comunidade local.

PROPOSTAS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL AUTODECLARATÓRIO

Na atualidade em que se discute mudanças climáticas, com narrativas sem comprovações, que o produtor rural na Amazonia é o principal causador das alterações do clima através do desmatamento. Convém repudiar essas narrativas, mas o setor do agronegócio não poderá deixar de participar do processo compulsório do licenciamento ambiental. Então, essa proposta tem pressupostos que procuram justificar ao governo a adoção de ferramentas de tecnologia da informação em um sistema de computador que possa simplificar a vida do produtor rural.

1. Pressupostos de implantação da proposta

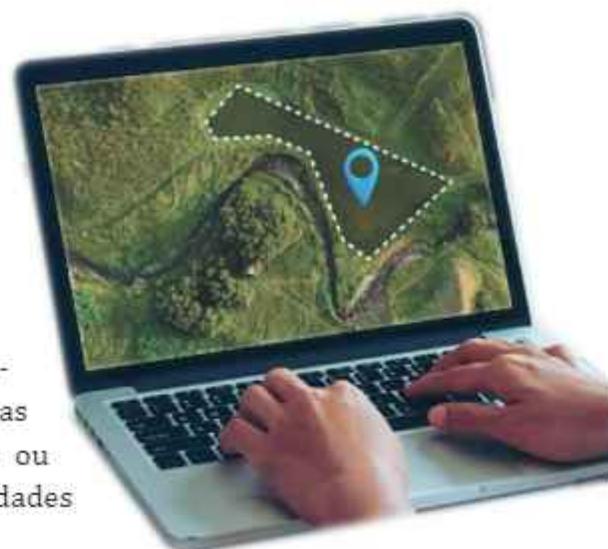
- Exemplos positivos dos Sistemas de Informações do ITERPA, INCRA, RECEITA FEDERAL, etc. Esses órgãos possuem demandas grandes de processos administrativos na regularização e através da internet estão diminuindo.
- Oferecer sistemática de regularização auto declaratória, através da internet, sem diminuir a atuação dos técnicos do órgão de controle ambiental e das empresas de consultoria técnica credenciadas pelo órgão ambiental.
- Regularização do licenciamento ambiental (LAR), via internet, somente para os empreendimentos agrosilvopastoris implantados antes de julho de 2009 (Cod. Florestal).
- Incentivo aos plantios de essenciais florestais (florestamento) com regularização do Licenciamento autodeclaratório, via internet, para empreendimentos de silvicultura.
- Grande número de empreendimentos agropecuários sem a licença ambiental LAR.

2. Licenciamento simplificado e digital (on line)

- Proposição de criação de Sistema de Informação para reduzir a burocracia nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos agrosilvipastoril em funcionamento antes de 22 de julho de 2009.
- Dando prioridade ao Ato Declaratório do produtor rural, o órgão ambiental define mecanismos de responsabilização, administrativa, civil e criminal, por fornecimento de dados errados e inverídicos e descumprimento de conformidades.
- Mecanismos de responsabilização, civil e criminalmente, ao responsável técnico (ART) que oferece assistência técnica de execução das conformidades.
- Criar o setor de Auditoria Ambiental com a missão de estabelecer e monitorar a execução das conformidades de forma integrada com o setor de licenciamento ambiental.
- Dar acesso simples ao produtor rural da licença única LAR, através da internet, que após a análise do técnico e identificação das conformidades, a impressão do documento com assinatura digital deve ser feita pelo produtor.

3. Licenciamento corretivo via auditoria e Fiscalização Educativa/Preventiva.

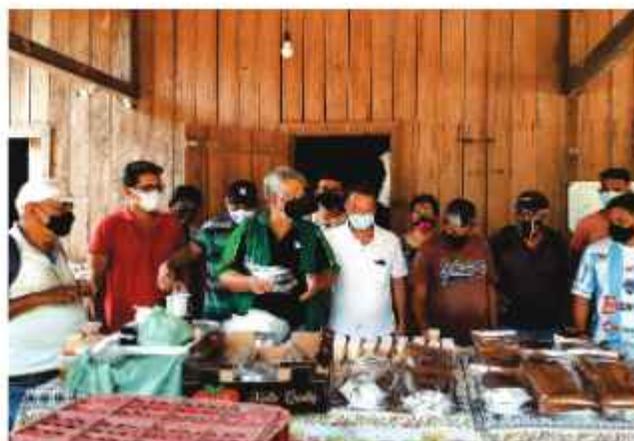
- O órgão ambiental dar chances ao produtor rural corrigir possíveis danos ambientais antes de qualquer ação coercitiva. O órgão deve promover a regularização ambiental com o licenciamento simplificado e digital, após estabelecer as condicionantes ambientais, via internet, para as atividades e empreendimentos instalados, implantados ou em operação sem licença ambiental, fato comum nas atividades agrosilvopastoril.



- Instituir no órgão ambiental a Auditoria Ambiental para processos de licenciamento ambiental simplificado e digital no sentido de realizar vistorias de conformidades. Essa ação do novo setor de auditoria promoverá orientações para correção das desconformidades antes de qualquer fiscalização com lavratura de auto de infração.
- Instituir a Fiscalização Ambiental, formato Educativo/Preventivo, contendo a aplicação do "Termo de Recuperação do Dano Ambiental" concomitante a lavratura do Auto de Infração, enfatizando o efeito suspensivo (previsto em Lei) da aplicação de multas e outras penalidades com o cumprimento do referido termo no prazo pré estabelecido pelo técnico fiscal.

4. Vinculação direta das condicionantes ambientais com os impactos ambientais conhecidos nas atividades agrosilvopastoris.

- Condicionantes estabelecidas pelo técnico licenciador conforme os impactos conhecidos para formulação da listagem de conformidades.
- A Licença Única LAR, via internet, contendo as medidas de mitigação como conformidades ou restrições ligadas diretamente para minimizar os riscos ambientais conhecidos da atividade no empreendimento agrosilvopastoril, sob a responsabilidade do empreendedor em reparar qualquer dano futuro.
- Estabelecer mecanismo de TI para que as mitigações como conformidades sejam registradas na LAR a ser impressa, via internet.



5. Restrição de pedido de informações complementares pelo órgão ambiental.

- Como a área do empreendimento agrosilvopastorial se encontra atropinizada não requer estudos e planos de controle ambiental para emissão da licença LAR pela internet. Com esse entendimento, a OEMA evita a procrastinação de análises técnicas e deverá solicitar esses estudos, caso necessário, somente após a auditoria ambiental no campo.
- A desburocratização é uma premissa a ser seguida e será solicitado Planos, Relatórios de Monitoramento, Projetos de Controle Ambiental e outros documentos técnicos somente após o resultado negativo da auditoria ambiental no empreendimento que recebeu a LAR pela internet.
- Propõe-se uma normativa para regulamentar a Lei Estadual de Meio Ambiente quanto ao novo licenciamento ambiental da atividade rural. Proposta de redação do artigo:

Art. 9 A licença ambiental LAR, emitida pela internet, tem eficácia imediata para a finalidade a que se propõe, não sendo permitida a exigência de estudos complementares para confirmação de sua validade.

Parágrafo único. Os planos, estudos e projetos de controle ambiental serão solicitados, quando necessários, somente após a conclusão da auditoria ambiental

6. Colaboração do Sistema FAEPA/SENAR/PA no Processo de Licenciamento Ambiental e validação do CAR.

- Assinatura de Termo de Cooperação FAEPAxSEMAs prevendo a colaboração dos 135 sindicatos rurais, no sentido de serem:
 - a) Os funcionários dos Sindicatos Rurais serem capacitados para acesso ao Sistema de Informação, visando ajudar os filiados no preenchimento do formulário de requerimento da nova licença LAR, via internet.
 - b) Os funcionários dos Sindicatos Rurais serem capacitados para procederem a vistoria de campo e medição de coordenadas geográficas com GPS geodésico de precisão, objetivando a validação do CAR.
 - c) Formação profissional dos produtores com cursos voltados para os treinamentos 40 horas sobre regularização ambiental da propriedade rural, através do SENAR/PA.

NÚCLEOS REGIONAIS DE SINDICATOS RURAIS

NÚCLEO BAIXO AMAZONAS

Coordenador: ADINOR BATISTA DOS SANTOS

Sindicatos: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa.



NÚCLEO TRANSAMAZÔNICA

Coordenador: SILVERIO ALBANO FERNANDES

Sindicatos: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu.

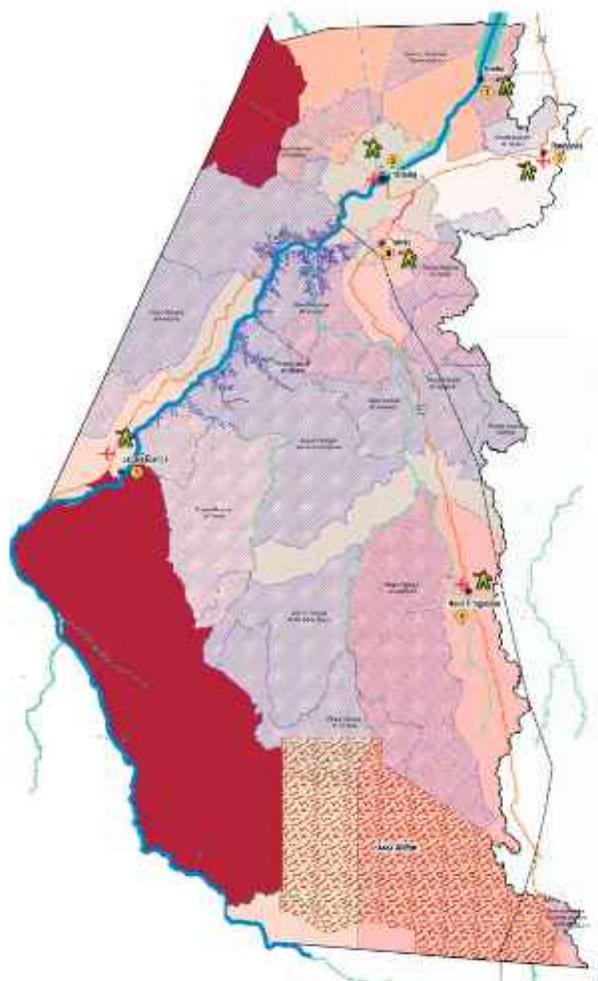
NÚCLEO TOCANTINS

Coordenador: JAHYR

SEIXAS GONÇALVES

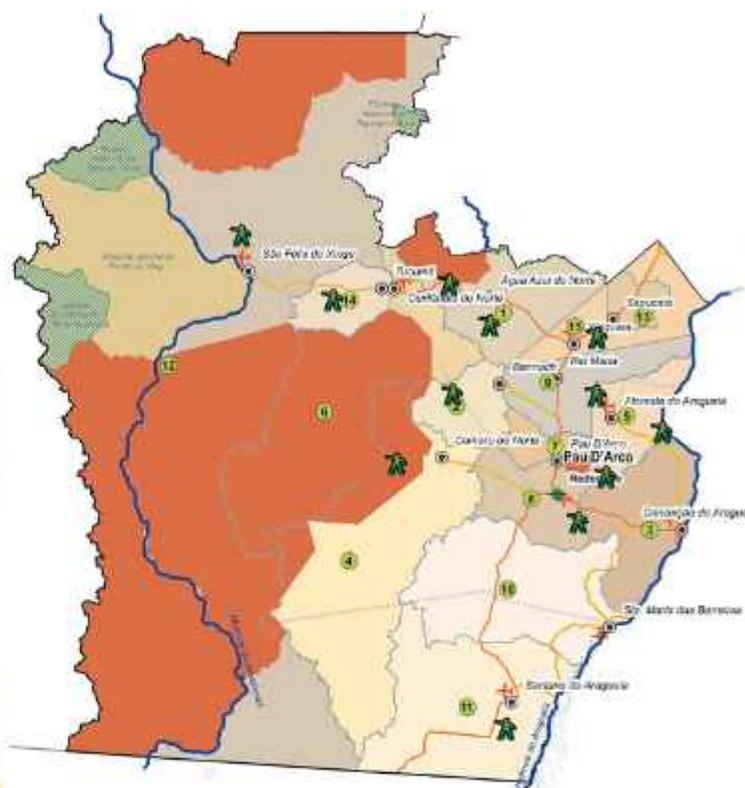
Sindicatos: Baião, Breu Branco, Cametá, Goianésia do Pará, Mocajuba, Moju, Novo Repartimento, Tailândia, Tucuruí.





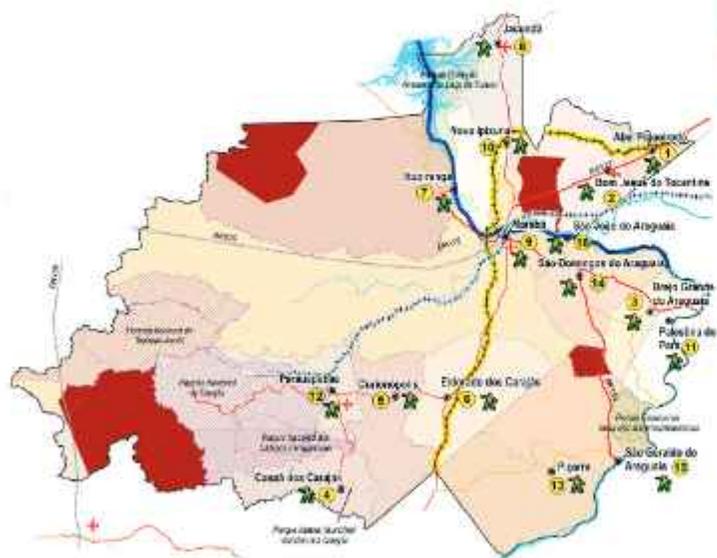
NÚCLEO TAPAJÓS

Coordenadora: CARMELINIO CARVALHO NERES
 Sindicatos: Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis, Trairão.



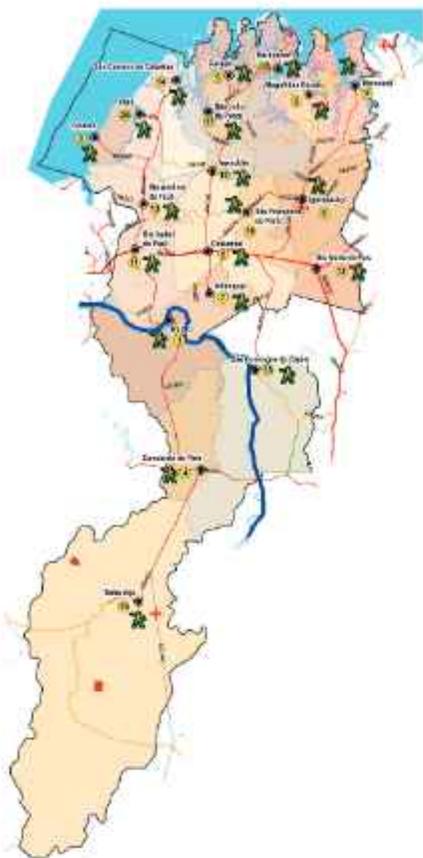
NÚCLEO SUL DO PARÁ

Coordenador: WALTEIR GOMES REZENDE
 Sindicatos: Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumarú do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau D'Arco, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, Sapucaia, São Félix do Xingu, Tucumã e Xinguara.



NÚCLEO CARAJÁS

Coordenador: RICARDO GUIMARÃES QUEIROZ
 Sindicatos: Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e Sapucaia.



NÚCLEO GUAJARINA

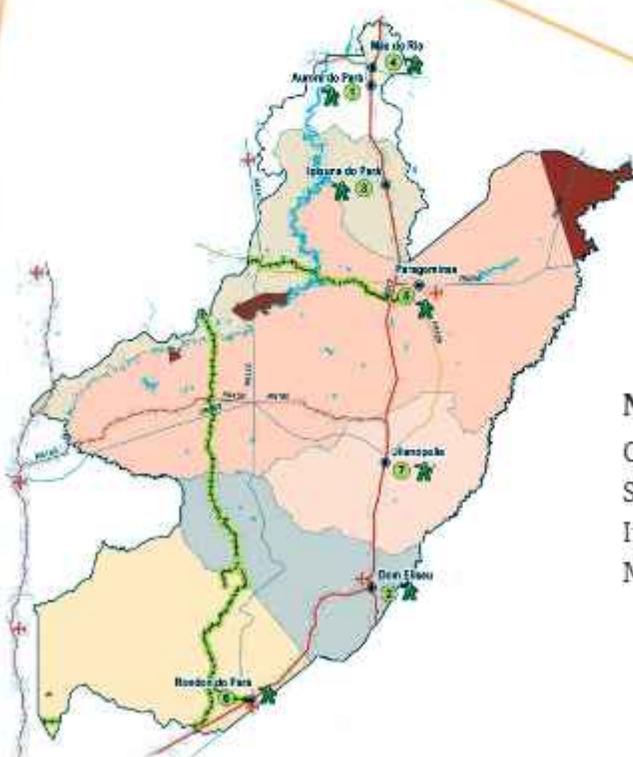
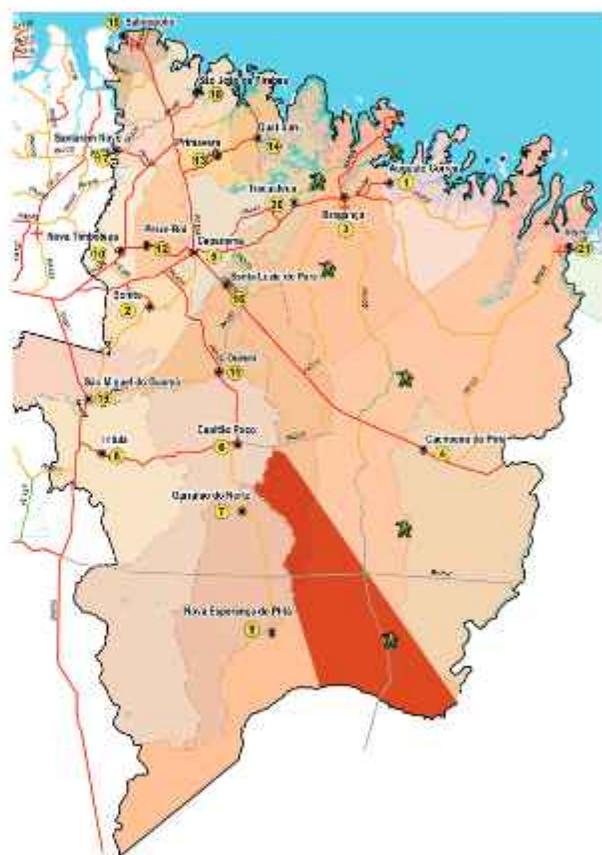
Coordenador: GILBERTO NASCIMENTO BRITO

Sindicatos: Bujaru, Castanhal, Colares, Concórdia do Pará, Curuçá, Igarapé-Açú, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, Terra Alta, Tomé-Açú e Vigia.

NÚCLEO BRAGANTINA

Coordenador: THIAGO AUGUSTO DE ARAÚJO LIMA

Sindicatos: Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Nova Esperança do Piriá, Nova Timboteua, Ourém, Peixe-Boi, Primavera, Quatipurú, Salinópolis, Santa Luzia, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu.



NÚCLEO NORDESTE PARAENSE

Coordenador: FRANCISCO CARUSO

Sindicatos: Aurora do Pará, Dom Eliseu, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Paragominas, Rondon do Pará, São Miguel do Guamá, Ulianópolis.

NÚCLEO MARAJÓ

Coordenador: DANIEL DE ARAÚJO

Sindicatos: Abaetetuba, Acará, Afuá, Anajás, Ananindeua, Bagre, Barcarena, Belém, Benevides, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curalinho, Gurupá, Igarapé Miri, Limoeiro do Ajuru, Marituba, Melgaço, Muaná, Oieras do Pará, Ponta de Pedras, Portel, Porto de Moz, Salvaterra, Santa Bárbara do Pará, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure.



Os 10 (dez) Núcleos Regionais estão aptos a desenvolver as estratégias estabelecidas nesse documento para fortalecer a integração entre prefeitos e o Sistema FAEPA.

Para potencializar a colaboração entre os novos prefeitos eleitos em 2024 e o Sistema FAEPA, aqui estão algumas estratégias-chave:

1. Diálogo Constante:

- Reuniões Regulares: Estabelecer um calendário de reuniões regulares entre os prefeitos e representantes do Sistema FAEPA e sindicatos rurais para discutir políticas, projetos e desafios específicos de cada município.

2. Participação Ativa nas Decisões:

- Conselhos Consultivos: Incentivar a criação de conselhos consultivos municipais do agronegócio com a participação ativa dos sindicatos rurais, garantindo que as necessidades do setor produtivo rural sejam consideradas nas decisões municipais.

3. Foco em Tecnologia e Comunicação:

- Plataformas Digitais: Desenvolver plataformas digitais de comunicação para facilitar a troca de informações, divulgação em redes sociais e o engajamento dos produtores rurais e das comunidades com as ações governamentais.
- Capacitação em Redes Sociais: Oferecer treinamentos sobre o uso de redes sociais e outras ferramentas digitais para os líderes sindicais e produtores, melhorando a disseminação de informações e a mobilização comunitária.

4. Agenda de Desenvolvimento Rural Sustentável:

- Planos de Ação Conjunta: Desenvolver planos de ação conjunta que integrem as políticas municipais com as iniciativas do Sistema FAEPA, focando em áreas como infraestrutura rural, acesso a crédito, educação e saúde no campo.

5. Expectativas e Monitoramento:

- Documento de Expectativas: Criar e divulgar o documento "Expectativas do Setor Produtivo Rural ao Próximo Prefeito 2025 - 2028", destacando as principais demandas e metas do setor.
- Avaliação de Desempenho: Implementar um sistema de monitoramento e avaliação para acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas, garantindo transparência e eficácia nas ações.

PROGRAMA PLANEJAMENTO RURAL ITINERANTE

Este programa está desenhado para que a Federação de Agricultura e Pecuária do Pará - FAEPA, de forma itinerante, visite os municípios que não possuem o **"Plano de Desenvolvimento Rural"** como programa oficializado pela Câmara Municipal na forma de Lei ordinária. As ações itinerantes serão realizadas no sentido de que se possa promover a orientação e sensibilização dos gestores municipais quanto a necessidade de planejamento integrado e participativo, devem promover a cultura do planejamento para o desenvolvimento socioeconômico das pessoas que residem no meio rural dos municípios.

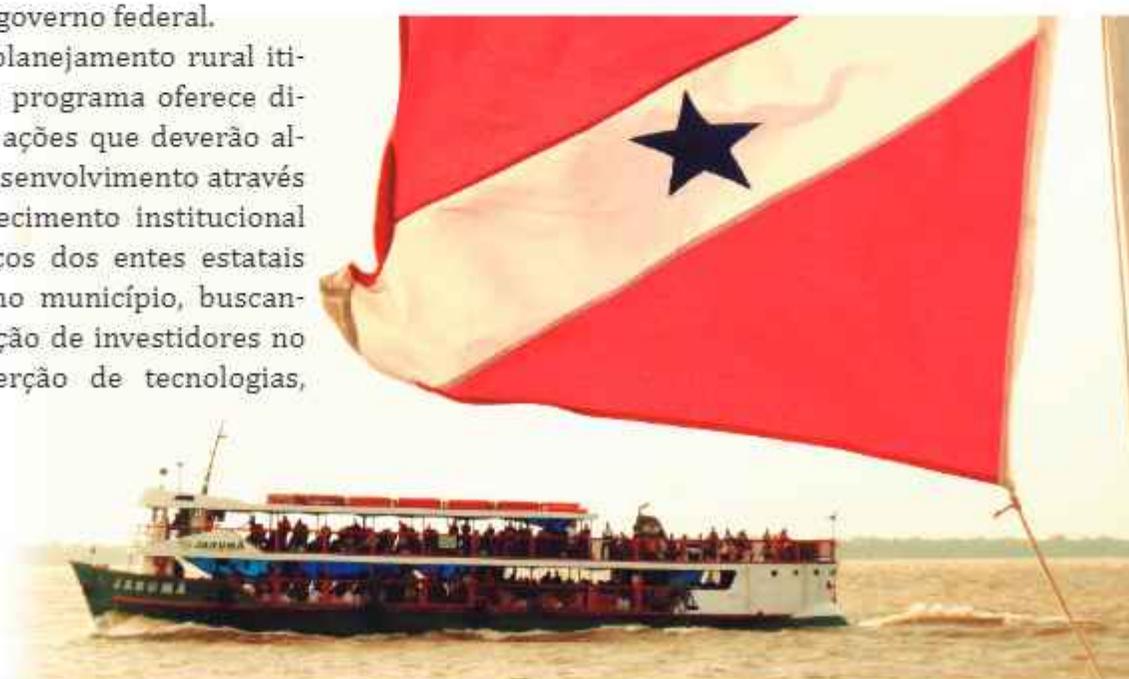
O que se pretende é integrar ações estratégicas para que a Prefeitura Municipal possa envidar esforços em compor com instituições públicas federais e estaduais, os sindicatos e seus respectivos Núcleos Regionais Sindicais da FAEPA, no sentido de otimizar os recursos financeiros que deverão estar em consonância com a política agrícola municipal e do Estado do Pará, assim como, coadunar com as ações do **"Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia - PRDA"**, do governo federal.

O documento de planejamento rural itinerante proposto nesse programa oferece diretrizes e sugestões de ações que deverão alcançar estratégias de desenvolvimento através da promoção do fortalecimento institucional e integração dos esforços dos entes estatais e privados instalados no município, buscando mecanismos de atração de investidores no agronegócio local, inserção de tecnologias,

acesso aos serviços públicos, formação profissional, execução de ações que cause o bem-estar do produtor rural e implemente iniciativas permanentes de fomento da produção rural e agroindustrial do município.

A ação itinerante deverá apresentar os pilares que sustentam os investimentos na implantação de agroindústrias e os incentivos à produção rural que deverão ser seguidos pelos Sindicatos Rurais e outras instituições do "agro" local, movimentando a economia do município, gerando empregos diretos e indiretos, dinamizando o comércio de produtos e serviços e gerando oportunidades de negócios.

O município tem que ter a visão do desenvolvimento rural e a sociedade local tem que ser animada para ser envolvida no processo de planejamento. O presente programa está incumbido nesse desafio e será um instrumento fundamental para ser seguido pelas Prefeitura municipais nos encaminhamentos de suas propostas de integração entre todos os órgãos do "Agro".



Objetivo do Programa

Orientar de forma itinerante as Prefeituras Municipais, atuando como mobilizador e animador do processo de integração de ações compartilhadas com os órgãos da gestão pública estadual e federal, assim como, a participação dos Sindicatos de Produtores Rurais, na elaboração do “Plano de Desenvolvimento Rural Integrado” do município.

Pressuposto

“Orientação para o planejamento rural, definindo estratégias que possam integrar ações e orçamentos entre as instituições do agronegócio local.”

Diretrizes

- Priorização do Setor Agropecuário no planejamento.
- Qualificação Profissional do Produtor e Técnicos Agropecuários.
- Aumento da Produção Rural.
- Otimização de Recursos Financeiros Públicos.
- Parcerias e Ações Integradas com as Instituições do Agro.
- Industrialização na Verticalização da Produção Agropecuária.
- Participação do Sistema FAEPA com ações do planejamento itinerante.

Roteiro para elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural

- Elaboração do Levantamento de dados de campo e bibliográficos;
- Elaboração do Diagnóstico da Produção Rural e suas Potencialidades e Vulnerabilidades;
- Definição de “Pressupostos”, interferências positivas e negativas na produção local;
- Diretrizes a serem seguidas;
- Determinação dos “Eixos de Desenvolvimento Rural”;
- Ações de Integração Institucional e parcerias;
- Definição de Polos de Produção prioritários para gestão do território;
- Confecção do Mapa de Aptidão Agropecuária;
- Propositura de Ações Estratégicas a curto, médio e longo prazo.

Indicadores

Dados estatísticos socioeconômicos e da agropecuária local serão utilizados para elaboração do diagnóstico da produção e potencialidades agroindustrial do município. Os Núcleos Regionais da FAEPA deverão realizar o levantamento de dados secundários e apresentarem os principais indicadores de produção rural nos municípios que fazem parte da região do Núcleo Regional Sindical, visando o planejamento rural integrado. Esses indicadores serão de suma importância na elaboração do relatório diagnóstico e para escrever o “Plano de Desenvolvimento Rural”.

Diagnóstico do Setor Rural

Este item é direcionado para as diretorias dos Sindicatos Rurais, em parceria com o Sistema FAEPA, na mobilização de entrevistadores de campo e técnicos para escreverem e analisarem os dados coletados nas propriedades rurais, visando a elaboração do “diagnóstico situacional”.

A equipe itinerante da assessoria da FAEPA, integrada com a diretoria do Sindicato de Produtores Rurais e seus respectivos Núcleo Regionais Sindicais, devem incentivar a elaboração do diagnóstico da produção agropecuária local.

As Prefeituras que possuem diagnósticos prontos e atualizados da produção rural, devem apresentá-lo no momento da realização da oficina de planejamento a ser realizada pela equipe itinerante. A assessoria itinerante organizará uma oficina de trabalho para coleta de propostas com base nos resultados dos diagnósticos.

ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

DIAGNÓSTICO DO SETOR RURAL

- INDICADORES SOCIO ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO.
- LEVANTAMENTO DE DADOS PRIMÁRIOS DO PRODUTOR RURAL.
- ANÁLISE DE RESULTADO E GRÁFICOS - ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO.

Estratégias de Integração pelo SPR

- Organização de Oficinas de Trabalho Integrado para o planejamento rural participativo.
- Realização o levantamento de indicadores de desenvolvimento do município.
- Promoção da reunião de sensibilização com o prefeito e secretários municipais de agricultura, saúde e educação, com a assinatura de termo de adesão.
- Demandar ao ATS (assessor técnico sindical) do Núcleo Regional Sindical a mobilização de representantes das Secretarias Municipais, EMATER, Câmara Municipal, Sindicatos, Associações e Cooperativas da produção rural para participação nas oficinas de planejamento.
- Definir um profissional especializado para fazer a moderação da oficina de planejamento e elaborar o relatório final.

Propostas de Ações Estratégicas

O Sindicato de Produtores Rurais possui neste programa uma gama de ações que podem ser discutidas e implantadas no município de forma compartilhada e com o orçamento integrado. Na oficina de planejamento serão definidas as principais ações que vão nortear a elaboração do orçamento na Câmara Municipal. Por esse motivo que os vereadores serão importantes no processo de discussão das propostas que poderão conduzir o município para o desenvolvimento rural.

O Sindicato terá um papel importante na formulação dessas estratégias e oferecer os programas do SENAR/PA como ferramentas de parceria.

PROPOSTAS DE AÇÕES ESTRATÉGICAS

- **Política Municipal de Meio Ambiente** - "Ato Declaratório";
- Instalar e implantar o "**Parque da Cidade**";
- Implantação da **mecanização agrícola** em polos de produção agrícola;
- Instalar o "**Centro Integrado da Produção Rural**" com "**Estação Cidadania**";
- SIM - **Serviço de Inspeção Sanitária Municipal** (caso não tenha);
- Produção Rural na **merenda escolar - PNAE**;
- Incentivar a **criação de Cooperativas** - custeio na regularização JUCEPA;
- Instalação da **Feira Permanente** do produtor rural;
- Programa de **Regularização Fundiária**;
- Celebrar **termo de cooperação** com o INCRA e ITERPA;
- Implantação do **Distrito Agroindustrial** do Município;
- Implantação do **Parque da Micro Empresa**;
- Usina de Produção de **Energia Fotovoltaica**;
- Institucionalização do **Turismo Rural** com roteiros de visitação;
- Acesso a **Internet Rural** de forma gratuita;
- Implantação do **Horto Municipal**.

- Programa Lixo Sustentável;
- Ações do Programa Segurança no Campo;
- Assistência Médica e Odontológica no Campo;
- Assessoria Contábil e Previdenciária ao Produtor.

- **APRESENTAR O PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL NA CÂMARA MUNICIPAL.**
- **INSERIR AS AÇÕES ESTRATÉGICAS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO.**

Polos do Desenvolvimento Rural

Na elaboração do plano de desenvolvimento rural, os envolvidos na iniciativa do Sindicato Rural local, deverão trabalhar o ordenamento territorial do município no formato de “polos de produção”, conforme as potencialidades de cada localidade.

- POLO 1: Comunidade Rural x – Produção de Citros
- POLO 2: Comunidade Rural x – Produção de Cacao em SAF's
- POLO 3: Comunidade Rural x – Produção de Bovino de Leite
- Outros.

Os polos de produção deverão ser plotados em mapa do município, identificando as áreas de aptidão agropecuária e potencialidades. O esforço deve ser seguir esse mapeamento das áreas de produção com priorização de fomento, assistência técnica e outras ações estratégicas para o desenvolvimento da cadeia produtiva definida em cada polo.

Eixos de Desenvolvimento

Para o planejamento rural do município, se orienta que o Núcleo Regional Sindical deva articular com os outros agentes locais interessados em incentivar o “agro” para atender aos seguintes eixos de desenvolvimento:

EIXO 1 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

- Autonomia Institucional da gestão municipal (Secretarias com maior poder gerencial).
- Melhor Infraestrutura e equipamentos para as Secretarias Municipais.
- Contratação de Consultoria Gerencial de Governo (Gestor Executivo).
- Mecanismos para promover a Organização dos produtores no cooperativismo.
- Mecanismos para promover a Regularização Ambiental dos Produtores Rurais.
- Mecanismos para promover o Fomento e Assistência Técnica aos Produtores Rurais.

EIXO 2 - ATRAÇÃO DE INVESTIDORES

- Capacitação e formação de mão-de-obra especializada.
- Benefícios Fiscais para incentivo de plantas industriais.
- Regularização fundiária.



- Logística de Transporte para escoamento da produção agrícola e industrial.
- Eventos de atração de Negócios.
- Infraestrutura de implantação de indústrias e agroindústrias.
- Incentivo e gestão do turismo local.
- Simplificação ao acesso de Licenças Ambientais, ato declaratório, com passivos ambientais de pecúnia, que sejam investidos no fomento rural.

EIXO 3 - BEM ESTAR DO PRODUTOR RURAL

- Saúde na Zona Rural (Programas do SENAR de apoio ao cidadão e Postos Médicos Rurais da prefeitura).
- Acesso aos documentos de cidadania (Direito a documentação pessoal
- Ação Cidadania).
- Acesso ao Título da Terra (Regularização fundiária).
- Capacitação profissional (Acesso a cursos profissionalizantes na área rural).
- Erradicação do Analfabetismo (Ex. Programa EJA).
- Aposentadoria do produtor rural e outros (Registro DAP, ITR, INSS com benefícios previdenciários).



EIXO 4 - FOMENTO DA PRODUÇÃO RURAL E INDUSTRIAL

- Empréstimos/Financiamentos aos Produtores Rurais (Crédito Rural).
- Mecanização da área de produção agropecuária.
- Distribuição de mudas e sementes.
- Assistência Técnica Rural.
- Implantação de Espaços de agro industrialização (Parques Industriais).
- Execução de mecanismo de incentivo a comercialização de produtos industriais e agropecuários.



Exemplo de Integração Institucional

Importante definir durante as “Oficinas de Planejamento”, promovidas pelos sindicatos e seus núcleos regionais, as parcerias interinstitucionais locais. Acredita-se que, de forma participativa, se consiga definir as melhores combinações de parcerias institucionais conferindo os programas do SENAR/PA como protagonista nesse processo de integração, sendo que para isso descrevemos algumas interações nos seguintes exemplos:

- SENAR e EMATER: Parcerias para execução de ATEG/SENAR com “DIA DE CAMPO” de forma integrada entre as duas instituições.
- SENAR e EMATER: Realização de Curso 40 h do SENAR e Ação de Extensão Rural de forma continuada pela EMATER.
- SEMAGRI, EMATER, SENAR E COOPERATIVAS: Execução de Feiras Seguras do Produtor Rural contando com as parcerias.
- SEMAGRI, SENAR E SINDICATO: Implantação de Escola Rede E-tec, com apoio efetivo da SEMAGRI e do Sindicato de Produtores Rurais do município.
- CÂMARA MUNICIPAL E SEMAGRI: Uma parceria em que a SEMAGRI encaminha Projeto de Lei para Câmara Municipal, no sentido de oficializar o “Plano de Desenvolvimento Rural Integrado” e a Previsão Orçamentária na LDO do Município).
- OUTROS EXEMPLOS.

AÇÕES DE APOIO INSTITUCIONAL

PDRI E AÇÕES A SEREM TRABALHADAS COM AS PARCERIAS:



CONFEÇÃO DE MAPA DE APTIDÃO E POLOS DE DESENVOLVIMENTO

- GESTÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL LOCALIZANDO OS POLOS DAS PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS;
 - BASE MAPA DO MUNICÍPIO;
 - DADOS EXTRAÍDOS DO DIAGNÓSTICO.
- CONFEÇÃO DO MAPA COM AS DELIMITAÇÕES DOS POLOS DE PRODUÇÃO.



SUGESTÕES DE TEMAS A SEREM DISCUTIDOS PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL RURAL

QUESTÕES AMBIENTAIS

Implantar a Lei Municipal de Meio Ambiente com a implantação de instrumentos de gestão pelo município

- Definição do formulário padrão de requerimento, do modelo de autorização, do roteiro de procedimentos e do checklist de documentos.
- Elaboração do arcabouço legal para implantação da Política Municipal de Meio Ambiente, se for o caso;
- Propor parceria com as Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS para implantação da descentralização da gestão ambiental para o município;
- Definição de procedimentos para o licenciamento ambiental pela internet, com procedimentos auto declaratórios, semelhante ao sistema de informática da Declaração de Renda para a Receita Federal.
- Simplificação dos procedimentos e diminuição da burocracia para requerimento da licença
- Cursos de Gestão Ambiental ministrados pela SEMA (licenciamento e fiscalização);
- Adesão ao Programa Municípios Verdes;
- Planejamento Estruturante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- Regulamentação do Arcabouço Legal Ambiental na CMV (Lei Municipal de Política de Meio Ambiente, Lei de Taxas, Criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, Lei cria o Fundo Municipal de Meio Ambiente, etc.);



Instituir e implantar o Parque da Cidade como espaço de educação ambiental, lazer, visitação turística e zona tampão entre a zona de expansão residencial e o distrito industrial de município

O Parque da Cidade não é uma categoria de unidade de conservação ambiental nos termos do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação). Trata-se de um espaço verde desapropriado pela prefeitura para ser destinado a visitação pública, com infraestrutura de receptivo, sala de educação ambiental e atendimento para prática de arborismo, trilhas ecológicas e etc... A primeira utilidade desse espaço verde é impedir o avanço da zona residencial nas proximidades do futuro Distrito Industrial do Município.



Melhorar o impacto visual florístico da cidade

Ações para melhorias no visual da entrada da cidade, orla (caso tenha) e Jardinagem de praças, caçadas e meio fio de principais vias.

Emissão da Outorga Municipal de águas rurais e da Licença Ambiental Municipal

Decretos regulamentadores para definir procedimentos quanto a emissão do documento denominado de "Ato Declaratório Ambiental", onde o produtor preenche este documento de forma livre pela internet e de imediato recebe a Licença ambiental e a Outorga.



Tratamento dos Resíduos Sólidos do Município

Sistema de coleta seletiva de lixo

Conceitualmente a coleta seletiva é o recolhimento dos resíduos orgânicos e inorgânicos, secos ou úmidos, recicláveis e não recicláveis que são previamente separados na fonte geradora, recolhidos e levados para seu reaproveitamento.

Para implantação da proposta é importante entender como funciona o sistema. A coleta seletiva é um sistema de recolhimento de resíduos que conta com uma classificação prévia de acordo com a origem do material. Cada material recebe uma cor que indica sua natureza, como vidro, plástico, metal ou papel. Todo o lixo descartado por empresas, escolas ou até mesmo nas casas pode ser separado antes de chegar na estação de processamento do lixo.



A coleta consiste na separação e no recolhimento de todo o lixo seco descartado por empresas, escolas e até mesmo por nós, em nossas casas. Fazendo isso, todo o lixo que pode ser reaproveitado é separado do lixo orgânico, também chamado de lixo úmido, composto por restos de frutas, verduras e outros alimentos.

Implantação do Aterro Sanitário Municipal com ou sem Consórcios Municipais

Essa é uma obra de engenharia projetada para reduzir os danos que o lixo causa à natureza. A base do aterro é coberta com uma camada impermeável de plástico, o que evita que o chorume produzido infiltre no solo e chegue aos lençóis freáticos. Essa manta é recolocada a cada 5 metros de lixo acumulados verticalmente.

O seu funcionamento é basicamente assim: A base do aterro sanitário do município ou em consórcio é constituída por um sistema de drenagem de chorume e o mesmo canalizado para piscinas de tratamento por bio-remediação. Os efluentes líquidos, após o referido tratamento, deverão ser usados na irrigação de jardins em praças públicas. A base do aterro sanitário deve estar em cima de uma camada impermeável de polietileno de alta densidade (PEAD), em cima de uma camada de solo compactado para evitar que haja vazamento de líquidos para o solo e lençol freático.



Arcabouço Legal

A legislação base que prevê a obrigatoriedade de tratar o lixo das cidades, acima de 20 mil habitantes, está na Lei 12.305, de 02.08.2010. Essa norma infraconstitucional instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em que obriga as prefeituras municipais eliminarem os lixões à céu aberto e adotarem tecnologias para tratamento e destinação adequada dos resíduos domésticos, hospitalares e industriais.

Essa Lei Federal reza que as Prefeituras Municipais devem elaborar o PMGIRS - Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e estabelece prazo compulsório. Importante salientar que existem recursos financeiros, à fundo perdido, disponível no Ministério de Meio Ambiente para financiar esse trabalho. O prazo foi estabelecido até 2014 e depois sucessivamente prorrogado. Hoje está valendo até 2024; depois disso quem não tiver providenciado, pode ser multado por Crime Ambiental com multas de elevado valor.

QUESTÕES PRODUÇÃO RURAL

Implantação da Mecanização Agrícola (01 Ha / Produtor) no Incentivo a Agropecuária conforme a divisão territorial do Micro Zoneamento Agropecuário

- Implantar 01 ha cada propriedade rural com SAF para **100** famílias contendo arranjos que incluam o consórcio com açaí, cacau, bananeiras, biribá, Cumaru, andiroba, etc.
- Implantar 200 ha de mandioca e macaxeira para **200** famílias.
- Implantar 50 ha de hortaliças com plasticultura, contemplando **100** famílias.
- Implantar 100 ha de área aberta mecanizada para o plantio de quiabo, melancia e melão, contemplando **100** famílias.
- Implantar 25 cx. Colmeias de abelhas por propriedade para os cuidados de **100** famílias.
- Implantar tanques escavados (20 x 50 m) para criação de peixes, contemplando **100** famílias.
- Implantar tanques redondos de superfície (20 mil litros cada) para criação de peixes para **100** famílias.
- Fomento de um casal de suíno (filhotes) para cada propriedade, contemplando **100** famílias.
- Distribuição de 10 galos de raças produtivas, no formato de rodízio de cobertura das fêmeas, para melhoramento genético e da produção das galinhas caipiras de terreiros, na meta de **100** famílias.



Micro Zoneamento Agropecuário Municipal

- Levantamento do número de produtores e propriedades rurais;
- Identificação de Aptidão para agropecuária sobrepondo mapas de solo, vegetação e ocupação humana e agrícola;
- Definição de Zonas no território municipal conforme suas potencialidades de produção agropecuária.

Instalar a Estação Cidadania no Centro Integrado de Produção Rural

Dentro do “Centro Integrado da Produção Rural” a ser implantado no município através de convênio de cooperação técnica com as instituições parceiras públicas e o sindicato. A ideia oferecer aos produtores um espaço único com várias instituições da área agrária para o produtor ter acesso as diversas regularizações ao visitar a sede do sindicato rural.



QUESTÕES SANITÁRIAS

- Implantar o “SIM” - Serviço de Inspeção Sanitária Municipal
- Instituir o “SIM Artesanal” para produtos da microindústria de alimentos local.

QUESTÕES COMERCIALIZAÇÃO RURAL

- Inserir a amêndoa de cacau torrado, doces e geleias e outros produtos da verticalização da produção rural na merenda escolar, alterando o edital e a relação de compras pelo PNAE.
- Incentivar a criação de Cooperativas de Produção Agropecuária custeando o registro e regularização na Jucepa.
- Instalação da Feira Segura permanente do produtor rural.
- Instalação de entreposto de vendas na capital.
Prefeitura custeia o aluguel de espaço físico na capital Belém de uma loja da produção verticalizada do produtor rural no formato co-working. (Modelo de gestão de loja com venda e custos compartilhados entre cooperativas e/ou empresas corporativas).
- Incentivo à criação de centrais de negócios para organizar a comercialização e buscar novos mercados.



QUESTÕES FUNDIÁRIAS

- Regularização fundiária (prefeitura atestar ocupação mansa e pacífica há mais de 10 anos em áreas sem litígio judicial).
- Parcerias com o ITERPA, INCRA para diminuir o número de processos pendentes de vistoria de campo e georeferenciamento.
- Celebrar termo de cooperação com o Incra e Iterpa para efetivar a regularização fundiária pelo novo programa do governo federal.



QUESTÕES INDUSTRIAIS

Implantação do Distrito Industrial de Município

Parcerias com a CODEC e SEDEME do Governo do Pará e outros para implantação do projeto de Distrito Industrial.

Implantação do Parque da Micro Empresa de Confeções

Parcerias com os empresários do setor de confeções, SEBRAE, CODEC e SEDEME do Governo do Pará

Implantação do Parque da Micro Empresa-Agroindustrial

Parcerias com as cooperativas locais que possuem produtos da verticalização da produção primária, com os pequenos empresários dos diversos setores da micro agroindústria, com o SEBRAE, CODEC e SEDEME do governo do Pará

Instalação de Usina de Produção de Energia Fotovoltaica

Parceria público-privada com empresas ou cooperativas para instalação de usina de geração de energia solar, inicialmente para abastecer de energia os dois parques de microempresa propostos.

Política de diminuição de impostos na energia elétrica fornecida pela empresa Equatorial Energia para o Distrito Industrial e Parques da Microindústria

Buscar entendimentos com a CELPA Equatorial e o Governo do Estado para uma política de benefícios fiscais da energia elétrica fornecida asos parques de empresas sugeridos neste documento.



QUESTÕES TURÍSTICAS

Institucionalização do turismo de lazer em balneários de igarapés e praias

- Promoção do ordenamento e melhorias nas instalações dos balneários de igarapés e nas estruturas de receptivo dos turistas na Praia, se houver no município.

Institucionalização do turismo rural nas propriedades agropecuárias

- As parcerias para identificar os atrativos de produção agropecuária e transformar os plantios em produtos turísticos. Como exemplo, fomentar a cadeia produtiva do cacau visitando desde o plantio até a fabricação do chocolate.
- O SENAR/PA oferece cursos para ensinar na elaboração e implantação de ações turísticas nas propriedades rurais.



QUESTÕES DE COMUNICAÇÃO

Acesso a internet rural de forma gratuita

- Com a SECTET do governo estadual e outros agentes para instalação de antena wi-fi rural gratuita ou sistema similar.

Divulgação das ações

- Apresentação do Plano de Desenvolvimento Rural e Industrial do Município na Câmara Municipal de Vereadores.

Site do produtor rural

- Apresentar as ações no setor rural com a publicação no Site da prefeitura da rede internacional Internet.

QUESTÃO DE LOGÍSTICA

Novos acessos com a construção de pontes, estradas, etc.

Construção de rota rodoviária alternativa para escoamento da produção industrial e agropecuária

- Buscar recursos e parcerias para asfaltamento da atual estrada nas Comunidades Rurais, interligando rodovias BR / PA e ramais agrícolas.



QUESTÃO DE EDUCAÇÃO

Ensino para educação de jovens e adultos do meio rural integrado com a mecanização agrícola

- Parceria com as Secretarias, Municipal e Estadual, de Educação para que a Secretaria Municipal de Agricultura e o Sindicato de Produtores Rurais possam implantar turmas especiais do EJA direcionadas para os produtores rurais cadastrados no programa de mecanização agrícola.

Integração da capacitação profissional do produtor rural

- Parcerias diretas e indiretas com os programas de formação profissional e social do SENAR/PA, associação as ações de mecanização agrícola com os cursos promovidos pelo SENAR/PA e o Sindicato Rural.
- Mecanismos para ampliar a Escola Rede E-Tec SENAR/PA para formação pós - médio em Gestão do Agronegócio.
- Formalizar parcerias com o Sistema FAEPA/SENAR/PA para implantação da Faculdade CNA no município.



RESULTADOS ESPERADOS

O Sistema Sindical Rural Brasileiro, através de suas Federações e Sindicatos Rurais, desempenha um papel essencial na promoção do desenvolvimento rural e no apoio aos produtores rurais. No Pará, a FAEPA é atuante nesse segmento produtivo, tornando-se entidade representativa fundamental não apenas para os produtores, mas também para a sociedade em geral, ao garantir a sustentabilidade e a eficiência da produção agrícola otimizada com a adoção de inovações tecnológicas.

Aqui estão os resultados que o Sistema Sindical Rural do Pará pode alcançar para o setor agropecuário, associado aos novos prefeitos que serão eleitos em 2024:

1. Apoio ao Produtor Rural:

- **Identificação de Problemas e Soluções:** Os sindicatos rurais estão constantemente atentos aos desafios enfrentados pelos produtores, realizando levantamentos e estudos para identificar problemas específicos e propor soluções práticas e eficazes.
- **Assistência Técnica e Educacional:** Fornecem orientação técnica, treinamento e capacitação para melhorar as práticas agrícolas, aumentar a produtividade e promover a sustentabilidade.

2. Integração com a Sociedade:

- **Promoção de Políticas Públicas:** Atuam na defesa de políticas públicas que beneficiem o setor rural, como incentivos fiscais, financiamento agrícola, infraestrutura e tecnologia.
- **Desenvolvimento Sustentável:** Promovem práticas agrícolas sustentáveis que

conciliam produção e preservação ambiental, contribuindo para a segurança alimentar e a saúde ambiental da sociedade.

3. Desafios e Necessidades Específicas:

- **Tecnologia e Inovação:** Estão permanentemente voltados para a incorporação de novas tecnologias e inovações no campo, como a agricultura 4.0, para melhorar a eficiência e competitividade dos produtores rurais.
- **Mercado e Comercialização:** Oferecem suporte na comercialização dos produtos, ajudando os produtores a acessar mercados mais amplos e a obter melhores condições de venda.

4. Integração do Trabalho Rural no Contexto da Sociedade:

- **Educação e Formação Profissional:** Investem na educação rural, promovendo programas de formação profissional que preparam os trabalhadores para os desafios modernos da agricultura.
- **Responsabilidade Social:** Envolvem-se em projetos sociais que beneficiam as comunidades rurais, promovendo a melhoria da qualidade de vida no campo e fortalecendo a coesão social.

Ao adotar as estratégias sugeridas nesse documento, o Sistema FAEPA e os novos prefeitos podem trabalhar de forma colaborativa e eficiente, promovendo o desenvolvimento sustentável e a prosperidade do setor produtivo rural, beneficiando não apenas os produtores, mas toda a sociedade paraense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento visa estreitar o relacionamento entre prefeitos e o Sistema FAEPA, marcando uma expansão significativa do pensamento em prol do desenvolvimento ordenado do setor agropecuário. Ao adotar as estratégias sugeridas aqui, os prefeitos estarão selando um compromisso com o Sistema FAEPA de trabalhar de forma colaborativa, integrada e eficiente. Isso promoverá o desenvolvimento sustentável e a prosperidade do setor produtivo rural.

A execução bem-sucedida dessa ação integrada com os gestores municipais beneficiará diretamente os produtores rurais e toda a sociedade paraense. É essencial reconhecer que a **Agricultura 4.0** veio para ficar. Portanto, os prefeitos, em colaboração com o Sistema FAEPA, devem acompanhar de perto a implantação de novas tecnologias. Isso é crucial não apenas para evitar danos ambientais, mas também para assegurar uma produção agrícola mais sustentável.

Para que essas mudanças de paradigmas possam ocorrer, é vital que todos os envolvidos entrem na era da comunicação digital o mais rápido possível. A adoção de novas tecnologias de comunicação permitirá uma interação mais eficaz e a disseminação rápida de informações, fortalecendo a capacidade do setor de responder aos desafios e aproveitar as oportunidades que surgirem.



A colaboração e compromisso mútuo são pilares para a Integração com os gestores do executivo municipal. Os Prefeitos e o Sistema FAEPA deverão estar comprometidos com uma agenda de desenvolvimento sustentável e com a integração de políticas que beneficiem o setor rural e não regras que possam restringir a atividade agropecuária.

1. Planos Conjuntos:

- Elaboração de planos de ação conjunta que alinhem as políticas municipais com as iniciativas do Sistema FAEPA.

2. Tecnologia e Sustentabilidade:

- Adoção de Agricultura 4.0: Enfatizar a importância da implementação de tecnologias avançadas para melhorar a eficiência e sustentabilidade da produção agrícola.
- Sustentabilidade Ambiental: Foco em práticas agrícolas que minimizem o impacto ambiental e promovam a preservação dos recursos naturais.

3. Comunicação Digital:

- Modernização da Comunicação: Utilização de redes sociais e outras plataformas digitais para facilitar a comunicação entre produtores rurais, gestores municipais e a sociedade.
- Capacitação Digital: Treinamentos para líderes sindicais e produtores sobre o uso de ferramentas digitais para melhorar a mobilização e disseminação de informações.

4. Monitoramento e Avaliação:

- Sistema de Avaliação: Implementação de um sistema de monitoramento para acompanhar o cumprimento das metas

estabelecidas e garantir a transparência nas ações.

- **Revisões Periódicas:** Reuniões regulares para avaliar o progresso e ajustar estratégias conforme necessário.

Ao seguir as diretrizes propostas, espera-se um impacto significativo na melhoria das condições do setor agropecuário no Pará. A colaboração entre os prefeitos e o Sistema FAEPA fortalecerá o

desenvolvimento rural, beneficiando os produtores e contribuindo para a prosperidade econômica e social de todo o estado.

A incorporação da **Agricultura 4.0** e a entrada na era da comunicação digital são passos essenciais para modernizar o setor e garantir sua competitividade. Com um esforço conjunto e coordenado, será possível promover um desenvolvimento sustentável, capaz de atender às demandas atuais e futuras da sociedade paraense.



ENCONTRE O SISTEMA FAEPA/SENAR/ SINDICATOS/NÚCLEOS/FUNDEPEC



NÚCLEOS REGIONAIS DE SINDICATOS DE PRODUTORES RURAIS

